

APRESENTAÇÃO*

A formação continuada é uma exigência que se observa necessária para o acompanhamento, atualização e integralização junto as inovações científicas teóricas e práticas que o Ser Humano, por necessidade, desenvolve na evolução das sociedades em que vive. A área da educação integra, e hoje condiciona, substancialmente as condições individuais e coletivas de vida em sociedade. A integração de diferentes profissionais no estudo da área da educação em um curso de pós-graduação oportuniza o avanço no entendimento, esclarecimento e proposição de questões complexas que avançam no desenvolvimento destas, de forma teórica e prática. Assim proporcionando suporte para os profissionais da área desenvolverem seu trabalho com mais autonomia e clareza da importância que tanto eles quanto a área têm para o desenvolvimento das sociedades.

Este livro é resultado de pesquisas que integram diferentes autores de diferentes instituições, da Educação Básica até o Ensino Superior, proveniente de programas de pós-graduação na área da educação, ou seja, escolas de Educação Básica das Secretarias Municipais de Ensino das prefeituras de Araguari, Belo Horizonte, Cachoeira Dourada, Contagem e Uberlândia, assim como as instituições de Ensino Superior Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM, Faculdade Fatra de Uberlândia – FATRA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG, Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos – IMEPAC Araguari, Pontifícia Católica de Goiás – PUC/GO, Universidade de Uberaba – UNIUBE, Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Universidade Federal de Uberlândia – UFU e Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM.

O livro possui prefácio de autoria do professor José Carlos Souza Araujo e 17 capítulos. No primeiro capítulo Michelle Carvalho Soares, Cláudia Starling e Edmilson Minoru Torisu abordam o Mestrado Profissional analisando sua característica peculiar da exigência de um recurso educacional, além da dissertação, conclui que o mestrado profissional foi considerado uma oportunidade formativa para a pesquisadora e para os professores participantes da pesquisa, propiciando integração entre a Universidade e a Educação Básica. Entretanto, as narrativas da pesquisadora sinalizam os desafios vivenciados no que se refere ao domínio e acesso aos recursos tecnológicos e ao tempo destinado a investigação.

*DOI – 10.29388/978-65-86678-49-9-0-f.15-20

Em seguida, no capítulo 2, Leoclécio Dobrovoski Silva Pereira e Fabiane Santana Previtali analisam políticas educacionais com o objetivo de identificar os avanços e retrocessos para a formação docente estabelecida pela Lei de Diretrizes e Base (LDB) 9.394/1996 (BRASIL, 1996), Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 1997, 2015 e 2019). Argumentam que a LDB 9.394/1996 representou avanços significativos para a regulamentação da oferta de ensino e formação no Brasil, estabelecendo a necessidade de qualificação mínima para atuação na educação básica com formação em nível superior e na respectiva área de conhecimento. Porém, estes avanços foram fortemente impactados pela abertura para formação em nível superior na modalidade à distância, em que a tônica dos interesses do capital prevaleceu sobre a qualidade do ensino, a premência para superação do déficit de profissionais potencializou a formação de caráter aligeirado, precário e em massa e a sinalização com a BNC-Formação do aprofundamento deste quadro, com a redução de carga horária e de exigências para a formação em segunda licenciatura e formação pedagógica para graduados, representando um vilipêndio para a educação pública e para os professores da educação básica e, por extensão, do ensino superior.

No capítulo 3, Lílían Rodrigues Sant’ Anna Campos e Selva Guimarães discorrem sobre a Política Nacional de Humanização (PNH), eixo norteador da humanização nas ações de saúde, para fortalecimento do SUS, e o necessário investimentos nos serviços de saúde e na formação dos profissionais da área, como sujeitos atuantes, responsáveis, promotores de uma assistência humanizada e transformadores da realidade de saúde, compreendendo os significados de humanização na saúde atribuídos por docentes e egressos do Curso Técnico em Enfermagem da Escola Técnica de Saúde (ESTES) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e sua presença no Projeto Político Pedagógico (PPP) vigente em 2019, do referido Curso.

No capítulo 4, Marcela Aparecida Duarte Oliveira Nascimento e Sandra Gonçalves Vilas Bôas investigam as práticas e os recursos utilizadas pelos professores do Ciclo de Alfabetização, relativas ao ensino de Matemática, especificamente à unidade temática Grandezas e Medidas, junto aos professores da Rede Municipal de Ensino em Uberlândia. Indicam que a literatura em conexão com a Matemática pode proporcionar um ensino lúdico e criativo, que potencializa a aprendizagem das crianças e apresentam uma das sequências didáticas, fazendo parte do Produto Educacional intitulado “Caderno de Sequências didáticas – Literatura Infantil, Sequência didática, Grandezas e Medidas: Uma conexão possível”.

Em seguida no capítulo 5, Tania Mayra Boaventura Caixeta, Eloy Alves Filho e Maria Virgínia Dias de Ávila analisam como prevenir as Infecções Sexualmente Transmissíveis por meio da educação sexual junto aos

adolescentes em ação conjunta da saúde e educação no espaço escolar. Nesta direção, concluem que a docência requer boas práticas pedagógicas, ações coletivas e um processo ensino/aprendizagem contínuo trazendo uma proposta de formação continuada sobre a temática contendo práticas educativas para serem aplicadas em sala de aula.

No sexto capítulo, Máben Tavares Vasconcelos e Selva Guimarães, trazem um estudo sobre o *bullying* na educação escolar, analisando o tratamento dado ao *bullying* escolar no arcabouço jurídico e nas políticas públicas. Demonstram ser a escola o espaço fundamental de enfrentamento ao *bullying*, um fenômeno complexo e multicausal que demanda a formação contínua dos profissionais da Educação, especialmente dos professores, que lidam diretamente com as crianças e com os adolescentes, os próprios atores do *Bullying* escolar.

Rodrigo Mendonça de Faria, no capítulo 7, problematiza a utilização das novas tecnologias digitais, especificamente o *smartphone*, no ensino infantil. Enfatiza a necessidade da capacitação dos formadores voltado para esta modalidade de ensino e propõem um aplicativo para Androide com a finalidade de instruir formadores da educação infantil a utilizar o *smartphone* na escola como ferramenta pedagógica.

Já no capítulo 8, José Romero Machado Gontijo e Cílson César Fagiani contextualizam a realidade do Ensino Médio no Brasil, bem como os desafios educacionais já recorrentes no início deste século com um olhar crítico no aspecto formativo, pedagógico, estrutural e administrativo das normas e técnicas presentes na Reforma do Ensino Médio de 2017. Concluem as necessárias transformações nesta modalidade de ensino, com qualidade referenciada socialmente, profissionais da educação valorizados e escolas dotadas de recursos necessários ao processo de aprendizagem social, cultural e profissional. Noutro pensamento, o Ensino Médio, diante da Reforma, será um instrumento indutor e limitador da formação global da maioria dos jovens brasileiros excluindo-os da possibilidade de uma formação em nível superior.

No capítulo 9, Maria Luiza de Borba Alves, Eloy Alves Filho e Maria Virgínia Dias de Ávila refletem sobre a educação do campo como uma necessidade considerando as múltiplas realidades e diferentes interesses, analisando o currículo proposto para a educação do campo e sua influência sobre os aspectos de valorização da cultura e formação da identidade em duas escolas rurais de Araguari/MG. Indicaram que o currículo das escolas rurais não difere do currículo das escolas urbanas quanto à estrutura, à organização e os conteúdos, portanto estão em descompasso com as diretrizes nacionais, não promovendo, assim, a adequação do currículo à realidade de seus alunos.

No capítulo 10, Henrique Borges da Silva, Eloy Alves Filho e Maria Virgínia Dias de Ávila analisam os principais hábitos de higiene praticados em

uma Escola Municipal e no contexto familiar de dez alunos participantes da pesquisa. Faz a identificação das condições apresentadas nos banheiros escolares quanto a presença ou ausência de sabão ou similares e a análise da água utilizada na escola e como proposta de intervenção ofícios aos órgãos públicos competentes e à Escola, solicitando o cumprimento das normas de assepsia e descontaminação da água.

Osvaldo Freitas de Jesus e Larissa de Lima contextualizam no capítulo 11 que parte da didática atual tem procurado se aproximar da psicologia da aprendizagem, vinculando-se principalmente à linha histórico-cultural, pois a garantia da aprendizagem pode estar naquilo que o senso comum diria, isto é, o mais importante na aprendizagem é aquilo que o aluno já sabe. A interação entre o professor e o aluno é fundamental, pois o que este último sabe, para ser identificado e levado em consideração requer uma relação interpessoal diferenciada entre ambos. Traz que Jan Comenius, em seu tempo, revolucionou o ensino de línguas vivas, transferiu o ensino da biologia para o espaço natural, abriu espaço para a educação das meninas, enfim libertou a educação do modelo eclesiástico, centrado na figura do homem e concluem que aproximar a Didática Magna e a Teoria do Agir Comunicativo pode aproximar duas concepções de educação e produzir frutos que sirvam para a atualidade.

No capítulo 12, Wilney Fernando Silva e Armino Quillici Neto refletem sobre o Tecnicismo Educacional contornando suas características gerais e seus fundamentos para, a partir daí, observar as principais mudanças no fazer pedagógico e localizar o docente nesse paradigma. Concluem que além de apresentar características autoritárias, a pedagogia Tecnicista pode ser considerada não-dialógica, ou seja, ao aluno cabe assimilar passivamente os conteúdos transmitidos pelo professor. Essa pedagogia difere da progressista que privilegia a formação de cidadãos participativos e conscientes da sociedade em que vivem. Em outros termos, o tecnicismo privilegiou as questões do que fazer educativo, partindo de uma dimensão marcadamente técnica.

Em seguida no capítulo 13, Amanda Aparecida Vieira Dias e Selva Guimarães destacam que a análise das pesquisas sobre as Políticas Públicas para a Educação Ambiental (EA) no Brasil revelou que a legislação ambiental tem o intuito de subsidiar a incorporação da EA na prática educacional nos diversos contextos escolares e que as escolas exercem um papel de grande relevância em suas práticas pedagógicas a sustentabilidade socioambiental. Conceber a EA como proposta educativa, pressupõe refletir sobre a relação do ser humano com o meio, propor mudanças de hábitos, aprendizados que levem a construção de atitudes diante das questões ambientais e, ou seja, a inserção do discente em ações práticas de EA, uma formação plural e alternativas reais para a preservação da vida.

No capítulo 14, Vanessa Nunes Cotrim e Gercina Santana Novais oferecem contribuições para o debate sobre os fundamentos das experiências no ensino da leitura e da escrita nos anos iniciais do ensino fundamental, verificando conceitos espontâneos, os fundamentos e aproximações e afastamentos em relação à abordagem histórico-cultural de Lev Semenovich Vigotsky. Os resultados das análises dos documentos como PPP, Regimento, Diretrizes Curriculares nacionais/Estaduais e Municipais divergem do proposto nos planos e nos cadernos dos alunos, já que nos referidos documentos a proposta de educação registrada contempla práticas voltadas para o processo de desenvolvimento integral do/a aluno/a, com fomento às interações e ações transformadoras. Nos planos de aula e nas atividades registradas no Caderno dos/as alunos/as, as proposições são de atividades realizadas individualmente, no qual o/a aluno/a não tem papel ativo no processo de aprendizagem e a função social da escrita não é destacada. Permitem, ainda, afirmar que os Planos de Aula seguem um roteiro já estabelecido, marcado pela divisão entre momento “deleite” e de memorização, treino das sílabas, letras e palavras, atividades que não têm significado para elas, práticas inadequadas por meio de exercícios mecânicos, mostrando, também, afastamento em relação à abordagem histórico-cultural da escrita. O Plano de Aula obedece ao previsto no Projeto de Aprendizagem da Secretaria Estadual de Educação, fortalecendo a substituição da língua viva pelo ensino do código linguístico.

No capítulo 15, Denise França Stehling e Keli Cristina Conti apresentam os resultados de uma pesquisa que foi desenvolvida no âmbito do mestrado profissional em Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais e que buscou investigar quais os saberes e conhecimentos matemáticos e metodológicos são mobilizados, reconhecidos e ressignificados por professores da Educação Infantil, que atuavam com crianças de 4 e 5 anos, da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte/MG, quando se reúnem em grupo de estudos. Destacam os fazeres práticos dos professores e propõem novos caminhos que avancem na investigação e reflexão das práticas pedagógicas na Educação Infantil.

No capítulo 16, Aline Machado da Silveira e José Carlos Souza Araujo têm como foco historiar e contextualizar a respeito do da organização da instrução pública e particular em Monte Carmelo/MG, o que se deu através de um regulamento a respeito aos 06 de novembro de 1892. Quanto ao contexto observam que Monte Carmelo, anteriormente denominada por Nossa Senhora do Carmo da Bagagem, foi elevado à categoria de vila aos 06 de outubro de 1882, através de lei provincial, mas sua instalação se deu posteriormente, em 07 de janeiro de 1889. Monte Carmelo, a exemplo das outras cidades do interior brasileiro, inserida no processo que culminou com a adoção da República, passa a ser gerida pelos coronéis oriundos das oligarquias locais. Pelo artigo 8º da

Constituição mineira de 1891, cabia privativamente ao Congresso legislar sobre câmaras municipais, e nos termos do artigo 75, destinado às tratativas relativas aos municípios, está prevista uma lei especial a respeito da organização do município. Em seu inciso IV, relativo ao orçamento municipal, está presente uma referência ao mesmo no âmbito da instrução primária e profissional. É nesse âmbito que, em atendimento ao prescrito na Constituição mineira e na Lei estadual nº 02, ficou estabelecido, pela Lei nº 05, de 6 de novembro de 1892, o Regulamento da Instrução Pública e Particular do município. O seu artigo 1º dispunha sobre a obrigatoriedade da instrução primária no município, para todos os menores de 7 a 14 anos do sexo masculino, e de 7 a 11 anos do sexo feminino, residentes dentro da área de seis quilômetros onde houvesse escola pública estadual, municipal ou particular subvencionada, desde que esses menores não dispusessem de impossibilidade física ou moral, sendo esses os únicos motivos aceitáveis para o abandono escolar no período delimitado, salvo se o aluno fosse julgado habilitado em exame.

Assim finalizamos com o capítulo 17 no qual, Marilsa Aparecida Alberto, Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida discorrem sobre a efemeridade do Asilo Anália Franco no cenário da assistência às crianças pobres no município de Uberaba/MG entre os anos de 1919 e 1923. Trazem a dinâmica populacional e os primórdios do processo de industrialização do final do século XIX e início do século XX no Brasil e as transformações políticas e sociais que concorreram para o crescimento dos centros urbanos e consequente agravamento da pobreza de algumas parcelas da população. Destacam que neste cenário crianças e jovens já desde cedo aprendiam a sobreviver nas ruas às custas da mendicância, da caridade ou da prática de atos considerados ilícitos. Disseminou-se assim a cultura da institucionalização, ou seja, a ideia de que o recolhimento dessas crianças e jovens em instituições de reclusão era a medida mais eficaz para resolver o problema, promovendo uma assepsia urbana e permitindo a regeneração desses jovens pois, aprendendo algum tipo de ofício, ao saírem das instituições seriam pessoas úteis à sociedade.

Boa leitura e esperamos que a divulgação destes conhecimentos científicos e também da forma como foram produzidos possa contribuir ainda mais para o desenvolvimento da elaboração de outros conhecimentos científicos que poderão gerar outros conhecimentos científicos e assim por diante, tijolinho por tijolinho, na construção da Ciência da Educação no Brasil.

Cilson César Fagiani
Sandra Gonçalves Vilas Boas
Organizadores